

Ministério Públco itinerante



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Paulo de Tarso Morais Filho
Procurador-Geral de Justiça

Marco Antônio Lopes de Almeida
Corregedor-Geral do Ministério Público

Rolando Carabolante
Ouvidor do Ministério Público

CAO - CIMOS

Paulo César Vicente Lima
Promotor de Justiça e Coordenador Geral

Daniel de Araújo Moreira
Assessor da Promotoria de Justiça

Larissa Caroline Lopes Fonseca
Estagiária

Sofia Maia França
Estagiária

CEMAIS | MPI

Marcela Giovanna
Diretora Presidente

Ustane Martins
Diretora Financeira

Aline Seoane
Diretora Executiva
Coordenação Estratégica Institucional

Ana Flávia Oliveira
Analista

Marcos Serpa
Analista

Rejane Santos
Analista

EXPEDIENTE

Júlia Fonseca
Jornalista responsável,
redação e diagramação

Valda Maciel
Produção e Revisão

Diego Maciel
Juliana Silveira
Daniel Moreira
Erick Castro
Fotografia

METODOLOGIA TRANSFORMADORA

Levando Justiça e Cidadania às Comunidades

Por Aline Seoane

O MP Itinerante é mais do que um projeto social; é uma ferramenta que leva Justiça e cidadania a quem mais precisa. Com base na inclusão, na intersetorialidade e no planejamento estratégico, a iniciativa chega a comunidades vulneráveis, garantindo acesso a serviços essenciais como emissão de documentos, atendimento jurídico e ações educativas.

Por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, o projeto constrói uma rede integrada de serviços que vão além do acesso à Justiça, abrangendo também saúde, educação e bem-estar social. O planejamento criterioso, aliado ao uso de tecnologia, assegura que cada ação seja eficiente, sustentável e alinhada às necessidades locais.

Os impactos do MP Itinerante são visíveis, não apenas nos números, mas nas vidas transformadas. Essa abordagem humanizada e inovadora prova que a Justiça pode — e deve — estar ao alcance de todos.

Nesta edição, convidamos você a conhecer os resultados e conquistas que fazem do MP Itinerante um modelo de transformação social. Confira os destaques e veja como essa jornada segue mudando realidades em Minas Gerais.



SUMÁRIO

- 03 ENTREVISTA**
O Promotor de Justiça Dr. Paulo César Vicente de Lima fala sobre o trabalho do CAO-CIMOS e as perspectivas para o futuro.
- 06 MPI EM NÚMEROS**
Os dados que demonstram o alcance e o impacto do projeto em 2024.
- 07 CUIDADO E CIDADANIA ANIMAL**
MP Itinerante leva atendimento veterinário e conscientização para fortalecer a proteção animal.
- 10 OUVIDORIA DAS MULHERES**
Espaço de acolhimento e escuta ativa para enfrentar a violência e garantir direitos.
- 13 INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE**
Apoio técnico e inclusão produtiva para fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável.
- 15 VOZES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS**
MPI promove encontros para discussão e apoio às comunidades atingidas por barragens e a luta por reparação
- 18 COMUNIDADES QUILOMBOLAS**
Como o MP Itinerante tem fortalecido comunidades quilombolas em Minas Gerais.
- 20 POVOS INDÍGENAS**
A atuação do Ministério Público na defesa dos direitos das comunidades indígenas.
- 21 PROCON MIRIM**
Educação para o consumo consciente e a formação de consumidores mais informados.
- 22 FAZENDO ACONTECER**
Conheça a rede de parceiros que torna essa iniciativa possível.
- 25 DE MÃOS DADAS PARA MUDAR O MUNDO**
Conheça o CeMAIS, instituição que conecta pessoas e instituições para garantir direitos e transformar realidades por meio do diálogo e da mobilização social.

ENTREVISTA



PAULO CÉSAR VICENTE DE LIMA

A atuação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Apoio Comunitário, Inclusão e Mobilização Sociais (CAO-CIMOS) tem transformado a maneira como o Ministério Público se aproxima das comunidades, ampliando o acesso à Justiça e fortalecendo a inclusão social em Minas Gerais. Em entrevista, o Promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, Coordenador do CAO-CIMOS, fala sobre o impacto do MP Itinerante e o papel das parcerias institucionais na promoção de direitos, além de compartilhar as perspectivas para o futuro dessa iniciativa que tem levado cidadania a milhares de mineiros.

NINGUÉM MUDA O MUNDO SOZINHO

PARA COMEÇAR, COMO O SENHOR AVALIA A MUDANÇA DA CIMOS PARA CAO-CIMOS E O QUE ISSO REPRESENTA PARA A POPULAÇÃO MINEIRA?

Dr. Paulo César: É uma alegria enorme falar sobre essa transformação tão significativa para o Ministério Público e, principalmente, para a população. A mudança da CIMOS para CAO-CIMOS representa um novo patamar de atuação, pois agora o órgão se consolidou como Centro de Apoio Operacional. Isso fortalece a nossa missão de garantir direitos, promover inclusão social e mobilizar comunidades, principalmente aquelas que historicamente

têm menos acesso ao sistema de Justiça.

A CIMOS já atuava em regiões mais vulneráveis, mas com essa reestruturação, passamos a ter coordenadorias regionais em todo o estado de Minas Gerais, ampliando a nossa capacidade de atendimento e apoio aos promotores de Justiça em diversas áreas. Agora, cada comarca conta com promotores de referência, que têm o suporte do CAO-CIMOS para desenvolver projetos sociais, apoiar na realização de audiências públicas e ações concretas para suas comunidades.

UMA DAS GRANDES INICIATIVAS DO CAO-CIMOS É O MINISTÉRIO PÚBLICO ITINERANTE (MP ITINERANTE). COMO ESSE PROJETO TEM IMPACTADO A VIDA DAS PESSOAS E O QUE ELE REPRESENTA EM TERMOS DE ACESSO À CIDADANIA?

Dr. Paulo César: O MP Itinerante é um divisor de águas no acesso à Justiça. Criado há 14 anos, ele tem como principal objetivo aproximar o Ministério Público das comunidades mais vulneráveis, levando serviços essenciais a quem mais precisa. Muitas dessas pessoas não têm fácil acesso a documentos, orientação jurídica ou atendimentos básicos. Só em 2024, conseguimos atender 60 mil pessoas em diversas regiões do estado. Durante essas ações, oferecemos emissão de documentos, assistência jurídica, atendimento em saúde, palestras de cidadania e até mesmo apresentações culturais. Além disso, realizamos reuniões públicas para escutar as demandas da população e buscar soluções concretas para cada realidade. O impacto é tão grande que já iniciamos os atendimentos em 2025 pois a demanda das cidades é altíssima. Muitas comunidades que ainda não receberam o MP Itinerante estão solicitando a nossa presença, o que reforça a importância dessa iniciativa para o povo mineiro.

UM DOS DIFERENCIAIS DO CAO-CIMOS É O TRABALHO EM PARCERIA COM DIVERSAS INSTITUIÇÕES. COMO ESSAS COLABORAÇÕES FORTALECEM A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E

AMPLIAM OS RESULTADOS?

Dr. Paulo César: Essa é uma das nossas maiores forças. Eu sempre digo: ninguém muda o mundo sozinho. Para que possamos alcançar um impacto real, é fundamental trabalharmos em rede, unindo esforços com diferentes instituições. O MP Itinerante é um grande exemplo disso. Contamos com o apoio do Tribunal de Justiça (TJ), do Tribunal Regional Federal (TRF), da Polícia Civil, da Polícia Militar e de empresas públicas como a CEMIG e a Copasa. Cada parceiro contribui com um serviço essencial, como audiências de conciliação, atendimento previdenciário, emissão de documentos e assistência jurídica, garantindo que a população tenha acesso a tudo o que precisa em um só lugar. Trabalhar de forma integrada faz toda a diferença para garantir que os direitos fundamentais sejam efetivados na prática.

A HOMENAGEM RECEBIDA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG) RECONHECE O TRABALHO TRANSFORMADOR DO CAO-CIMOS. O QUE ESSA HOMENAGEM SIGNIFICA PARA O SENHOR E PARA A EQUIPE QUE ATUA NESSA MISSÃO?

Dr. Paulo César: É um momento de grande emoção e reconhecimento. A homenagem na ALMG não é apenas para mim, mas para todas as pessoas que, ao longo dos anos, contribuíram para o fortalecimento do CAO-CIMOS. Somos uma equipe multidisciplinar, composta

por sociólogos, antropólogos e historiadores, que nos ajudam a compreender melhor a realidade das comunidades e a desenvolver soluções eficazes. E essa conquista é resultado do trabalho coletivo de promotores de Justiça, servidores, voluntários e das instituições parceiras.

Receber esse diploma de voto de congratulações mostra que estamos no caminho certo, promovendo cidadania e inclusão para aqueles que mais precisam. Entretanto, mais do que celebrar, essa homenagem também nos motiva a continuar avançando. Ainda há muito a ser feito, muitas comunidades a serem atendidas e muitos direitos a serem garantidos.

PARA FINALIZAR, QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO CAO-CIMOS E DO MP ITINERANTE?

Dr. Paulo César: O futuro é de expansão e fortalecimento. Com a reestruturação do CAO-CIMOS, queremos chegar a todas as regiões de Minas Gerais, garantindo que nenhuma comunidade fique sem assistência. Vamos continuar promovendo ações do MP Itinerante, fortalecendo as parcerias e buscando soluções inovadoras para os desafios sociais. Nossa compromisso é seguir cuidando de gente, ouvindo as demandas da população e trabalhando para transformar vidas. Com união, dedicação e trabalho em rede, vamos continuar garantindo cidadania e inclusão para cada mineiro e mineira que precisa do nosso apoio.



MPI EM NÚMEROS



+60 MIL
PESSOAS
ALCANÇADAS



35
LOCALIDADES
ATENDIDAS



20
PARCEIROS
ENVOLVIDOS



+24 MIL
ITENS
DISTRIBUÍDOS
entre roupas, brinquedos e donativos



1 COMUNIDADE
INDÍGENA
COMUNIDADES **2**
QUILOMBOLAS
ATENDIDAS



A defesa dos direitos dos animais tem se consolidado como um tema central nas discussões sobre ética, bem-estar e políticas públicas em diversas partes do mundo. O conceito de bem-estar animal, amplamente reconhecido por organismos como a Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) e a Declaração Universal dos Direitos dos Animais da UNESCO, estabelece que os animais devem ser protegidos de sofrimento desnecessário, garantindo-lhes acesso a condições básicas de saúde, alimentação e ambiente adequado. Além disso, estudos demonstram que o cuidado veterinário preventivo não apenas reduz o sofrimento animal, mas também previne zoonoses, protegendo a saúde pública e promovendo maior equilíbrio nas relações entre humanos e seus animais de estimação.

No Brasil, a preocupação com os direitos dos animais tem sido incorporada ao debate jurídico e institucional, resultando em iniciativas que ampliam a proteção e o acesso a cuidados veterinários. A legislação ambiental brasileira estabelece que é dever da sociedade e do Estado garantir a proteção da fauna e impedir práticas de maus-tratos. Paralelamente, normas como a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) reforçam a

necessidade de políticas públicas voltadas à proteção animal.

Em sintonia com essa crescente discussão sobre os direitos dos animais, o **MP Itinerante** oferece **atendimento veterinário gratuito** para animais domésticos nas localidades atendidas pelo projeto. Essa ação reforça o compromisso com a saúde e o bem-estar animal, especialmente em regiões onde o acesso a serviços veterinários é limitado ou inexistente.

Entre tantas histórias de impacto, a de **Cristal**, uma poodle de cinco anos, reflete a importância desse trabalho. A pequena Cristal chegou ao atendimento com lesões de pele crônicas e uma coceira tão intensa — condição causada por picadas de pulgas e infecções bacterianas — que a impedia de descansar, se alimentar e viver com tranquilidade. Durante o atendimento, recebeu os cuidados necessários, e sua tutora foi orientada sobre o tratamento e a importância da prevenção, incluindo vacinação, controle de parasitas e alimentação adequada. O médico-veterinário José Lasmar reforça: “**Se a gente não tivesse aqui hoje, esse problema não seria resolvido, e a cachorrinha continuaria em sofrimento.**”

Os atendimentos são realizados pela Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais (**Ceda**), que

fortalece a atuação dos promotores de Justiça na defesa dos direitos dos animais. O programa "Atendimento Veterinário Itinerante" inclui exames físicos, vermifugação, aplicação de medicamentos para controle de pulgas e carrapatos, além de orientações sobre alimentação, vacinação e castração. Essas ações são essenciais para conscientizar tutores sobre a importância dos cuidados preventivos, promovendo o bem-estar animal e prevenindo doenças que podem afetar toda a comunidade.

Essa iniciativa é especialmente relevante para famílias em situação de vulnerabilidade social, que muitas vezes não têm condições financeiras para acessar serviços veterinários. Em 2024, o MP Itinerante realizou mais de 700 atendimentos em 32 municípios mineiros.

AO OFERECER SERVIÇOS VETERINÁRIOS GRATUITOS, O MP ITINERANTE REAFIRMA QUE JUSTIÇA E CIDADANIA DEVEM INCLUIR TODAS AS FORMAS DE VIDA, CRIANDO UMA PONTE DE EMPATIA E RESPONSABILIDADE ENTRE PESSOAS, COMUNIDADES E SEUS COMPANHEIROS DE QUATRO PATAS.





Ouvidoria das Mulheres
**ACOLHIMENTO
E ESCUTA**



A violência contra a mulher é uma realidade alarmante no Brasil. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mais de quatro mulheres são vítimas de feminicídio por dia no país. Segundo dados da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, somente em 2024, mais de 153 mil registros de violência doméstica e familiar foram feitos no estado, refletindo uma realidade ainda mais grave devido à subnotificação dos casos.

Apesar dos avanços na legislação, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), a falta de informação, o medo da denúncia e a ausência de suporte especializado ainda são barreiras significativas para que muitas mulheres busquem ajuda. Nesse cenário, iniciativas que promovem o acolhimento, a informação e a articulação de redes de proteção são essenciais para enfrentar o problema de forma eficaz.

Nesse contexto, a Ouvidoria das Mulheres se consolida como um espaço essencial de escuta e apoio nos municípios atendidos pelo MP Itinerante. Durante suas reuniões, são discutidas estratégias para reconhecer, enfrentar e romper ciclos de violência, fortalecendo as mulheres e os profissionais da rede de proteção.

Mais do que encontros informativos, esses momentos proporcionam oportunidades para compartilhar vivências, esclarecer dúvidas e buscar alternativas para superar situações de violência.

As reuniões são conduzidas em parceria com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CAOVD) e organizadas em rodas de conversa com profissionais locais, abordando desde os tipos de violência previstos na legislação até estratégias para identificar e enfrentar situações de risco.

NO BRASIL,



JÁ SOFRERAM ALGUM TIPO DE VIOLENCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR

183

FEMINICÍDIOS
Caso registrado
em Minas Gerais
no ano de 2023

154.742

VIOLENCIA DOMÉSTICA



35%

dos atos de
violência
denunciados são
cometidos por

**COMPANHEIROS OU
EX-COMPANHEIROS**

Fontes: Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, Ministério das Mulheres e Data Senado.

DIÁLOGOS QUE TRANSFORMAM REALIDADES

O impacto dessas reuniões se reflete na transformação individual e coletiva das mulheres participantes. Durante os encontros, elas são incentivadas a compartilhar experiências que muitas vezes permanecem silenciadas pelo medo ou pela desinformação. As conversas incluem dinâmicas interativas, que facilitam a compreensão sobre como a violência pode se manifestar e os caminhos para buscar ajuda. A saúde mental também ocupa um espaço central nesses diálogos, ressaltando os impactos emocionais e psicológicos da violência e a importância do acesso a apoio especializado.

Muitas mulheres sofrem violência psicológica e patrimonial e, muitas vezes, não sabem disso. São vários os motivos que levam uma mulher a não fazer a denúncia, por isso a capacitação da rede é tão importante para que o atendimento seja mais humanizado, com compreensão, acolhimento e informações qualificadas sobre quais atitudes tomar, evitando a revitimização daquela mulher.

ANA LUIZA

GOMES

Psicóloga da Ouvidoria das Mulheres do MPMG

FORTALECENDO A REDE DE APOIO

Além das rodas de conversa, a Ouvidoria das Mulheres promove encontros estratégicos com a Rede de Garantia de Direitos, reunindo profissionais das áreas da saúde, segurança pública, assistência social e educação. Esses encontros têm como foco o alinhamento de estratégias intersetoriais para garantir fluxos de atendimento mais eficientes e humanizados.

Os desafios locais, como a ausência de serviços especializados e a dificuldade de acesso à informação, são discutidos de forma aprofundada, reforçando a importância da capacitação contínua dos profissionais que atuam no enfrentamento da violência.

IMPACTO SOCIAL E MUDANÇA CULTURAL

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, enraizado em desigualdades estruturais e culturais. Nesse contexto, a Ouvidoria das Mulheres tem desempenhado um papel essencial na promoção de uma mudança cultural, desafiando preconceitos e estígmas que perpetuam o ciclo de violência.

Ao criar um ambiente de escuta, reflexão e ação, os encontros realizados durante o MP Itinerante reafirmam que o combate à violência exige mais do que o rompimento do silêncio: é necessário fortalecer redes que acolham, protejam e transformem vidas.



INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

Levar informação qualificada e impulsionar a geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade são alguns dos compromissos do MP Itinerante. Com foco em agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, o programa tem demonstrado como projetos socioambientais podem conectar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental de maneira eficaz.

Em 2024, uma das iniciativas de maior impacto foi a reunião “Os Conselhos e a Promoção de Projetos Socioambientais”, promovida pelo Centro de Apoio Operacional de Apoio Comunitário, Inclusão e

Mobilizações Sociais (CAO-CIMOS), em parceria com a Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Verde Grande e Pardo (COEVP) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Com a participação de mais de 800 pessoas em 32 encontros, o evento fortaleceu a atuação de Conselhos Municipais, como o de Meio Ambiente (Codema) e o de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), essenciais para a formulação de políticas públicas e o controle social.

Os debates nos encontros giraram em torno da identificação de problemas locais e da construção de projetos sustentáveis, incentivando o uso de mão de obra local e a valorização das comunidades. Um exemplo significativo do impacto dessas ações pode ser observado em Montalvânia, município do Norte do Estado, onde o agricultor Assuélio Costa da Silva, de 60 anos, participou ativamente do evento.

Além de auxiliar sua irmã na emissão de documentos para aposentadoria, ele aproveitou a oportunidade para apresentar demandas urgentes da comunidade, como a pavimentação de vias e a falta de acesso à água. Esse tipo de diálogo reforça o papel do MP Itinerante como ponte entre as necessidades das comunidades e as políticas públicas, conectando desafios locais a soluções concretas.

Os encontros foram adaptados à realidade de cada região, garantindo engajamento dos moradores e dos representantes de órgãos públicos. A abordagem inclusiva e prática reforçou a capacidade das comunidades de planejar e implementar ações concretas, unindo desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Mais do que um programa de assistência, essa iniciativa prova que, quando há articulação entre comunidades, recursos, políticas públicas e conhecimentos técnicos, a Justiça se torna um instrumento real de transformação, ajudando a construir um futuro mais justo, equilibrado e comprometido com o bem-estar coletivo.

Além de fortalecer a importância dos conselhos municipais, as reuniões trouxeram exemplos práticos de projetos que podem ser implementados pelas comunidades, como:

- **MANEJO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS**
- **CRIAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS**
- **INICIATIVAS DE ECOTURISMO**

Essas práticas não apenas preservam o meio ambiente, como também criam novas oportunidades de trabalho e renda, promovendo um desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

VOZES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS



Minas Gerais carrega as cicatrizes de tragédias ambientais que marcaram profundamente suas comunidades. Os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) não apenas deixaram rastros de destruição ambiental, mas também transformaram para sempre a vida de milhares de pessoas. Para além das perdas humanas e materiais, os impactos desses desastres se desdobram em questões psicológicas, sociais, econômicas e culturais, alterando a identidade e os laços comunitários dos atingidos.

Diante desse cenário, o Ministério Públíco de Minas Gerais (MPMG) tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos das populações impactadas. Por meio de reuniões públicas, o órgão busca construir pontes entre comunidades, poder público e empresas responsáveis, garantindo transparência, participação e Justiça.

As reuniões públicas promovidas pelo MPMG têm se consolidado como espaços essenciais para discutir os direitos das pessoas atingidas por barragens e os caminhos para a reparação dos danos. Em Juatuba, um dos municípios impactados pela presença de grandes empreendimentos, o encontro serviu como devolutiva de uma visita técnica à Região 2, trazendo respostas e avanços sobre demandas locais.

Já em Esmeraldas, as discussões se aprofundaram em temas cruciais, como:

- Inclusão de povos de terreiro no Programa de Transferência de Renda (PTR)
- Reparação socioambiental
- Implementação de projetos comunitários
- Regularização fundiária de famílias afetadas

Com a presença da Promotora de Justiça Shirley Machado, as reuniões trouxeram avanços concretos, reforçando o compromisso do MPMG com o diálogo aberto e a busca por soluções reais.



OS IMPACTOS QUE VÃO ALÉM DOS ROMPIMENTOS

Se os desastres causam traumas e mudanças drásticas, a própria construção de barragens também altera realidades. O Projeto Hidroagrícola Jequitaiá, por exemplo, tem gerado impactos significativos na população local, mesmo antes de sua conclusão.

Em uma reunião no município, o Promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima e a servidora do MPMG Railde Fernandes ouviram os relatos e demandas dos moradores, que enfrentam desafios relacionados ao reassentamento e à perda de território. O encontro foi um marco importante para garantir que as comunidades tenham voz na tomada de decisões sobre seus próprios territórios.

REUNIÕES QUE FORTALECEM A LUTA POR DIREITOS

As reuniões públicas realizadas pelo MP Itinerante em 2024 mobilizaram **180 pessoas**, evidenciando o engajamento das comunidades nessas iniciativas. Mais do que encontros institucionais, esses momentos representam ferramentas de **escuta ativa, acolhimento e mobilização social**.

O impacto das barragens na vida das comunidades não se encerra com um desastre—ele continua nos processos de reconstrução, adaptação e resistência. Enquanto houver injustiças e desafios, a luta das populações atingidas segue viva. E, nesse contexto, o papel do MPMG como mediador e defensor dos direitos dessas comunidades se mostra cada vez mais essencial.



COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O Brasil é um mosaico de culturas, etnias e religiões, onde as **comunidades quilombolas** desempenham um papel vital na preservação dessa diversidade. O Ministério Público tem sido um aliado fundamental na promoção dos direitos dessas populações, com ênfase na proteção de seu patrimônio cultural e territorial.

De acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Minas Gerais abriga **135.310** quilombolas, representando **10,1% da população quilombola nacional**, posicionando o estado como o **terceiro com maior número de quilombolas no país**.

Apesar dos avanços na garantia de direitos, muitos quilombolas ainda enfrentam desafios significativos, especialmente no acesso à terra e a serviços essenciais. Para mitigar essas dificuldades, o programa MP Itinerante estendeu sua "caravana de serviços" às Comunidades Quilombolas **Brejo dos Crioulos** e **Gurutuba**, oferecendo mais de 1.800 atendimentos aos moradores locais.

Localizada no norte de Minas Gerais, a Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos abrange áreas dos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia. Com cerca de 630 famílias, a comunidade preserva tradições ancestrais, como **Dança do Batuque**, **Dança de Sala** e

Dança do Maculelê. Durante a visita do MP Itinerante, foi realizada a Reunião do **Programa Próximos Passos**, promovendo discussões sobre o fortalecimento da identidade e dos direitos quilombolas. Além disso, uma reunião pública intitulada "**Conselhos Municipais e Promoção de Projetos Socioambientais**" reuniu 150 participantes para debater formas de geração de renda alinhadas à sustentabilidade ambiental.

A Comunidade Quilombola de Gurutuba, também situada no norte do estado, é composta por mais de 890 famílias distribuídas pelos municípios de Pai Pedro, Catuti, Monte Azul, Jaíba, Janaúba, Gameleiras e Porteirinha. A comunidade mantém vivas tradições culturais, como **Rodas de Batuque**, e valoriza o conhecimento ancestral relacionado ao manejo da terra e da vegetação. No encontro promovido pelo Programa Próximos Passos mais de 120 pessoas participaram de discussões sobre os direitos fundamentais da comunidade, evidenciando a relevância de iniciativas que fomentam o diálogo e o fortalecimento dos direitos quilombolas.

Em ambas as comunidades, o MP Itinerante ofereceu serviços essenciais, incluindo emissão de segundas vias de documentos, celebração de casamentos, atendimentos veterinários, além de orientações jurídicas, previdenciárias, de saúde e assistência social, bem como informações para produtores rurais.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SÃO GRUPOS ÉTNICOS, PREDOMINANTEMENTE FORMADOS POR POPULAÇÕES NEGRAS RURAIS OU URBANAS, QUE SE IDENTIFICAM A PARTIR DE RELAÇÕES ESPECÍFICAS COM A TERRA, PARENTESCO, TERRITÓRIO, ANCESTRALIDADE E PRÁTICAS CULTURAIS PRÓPRIAS. O CENSO DE 2022 DO IBGE IDENTIFICOU 7.666 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DECLARADAS EM TODO O PAÍS.



COMUNIDADE INDÍGENA XAKRIABÁ

Os povos indígenas no Brasil representam uma parcela significativa da diversidade cultural e étnica do país. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena no Brasil é de **1.693.535 pessoas**, correspondendo a 0,83% da população total. Em Minas Gerais, esse número é de **36.699 indivíduos**, representando **0,18% da população estadual**.

Essas comunidades enfrentam desafios históricos, incluindo acesso limitado à educação, escassez de políticas públicas eficazes e dificuldades relacionadas à identificação e demarcação de territórios. No norte de Minas Gerais, as **Terras Indígenas Xakriabá**, localizadas no município de **São João das Missões**, abrigam mais de **6.000 indígenas**. A comunidade **Xakriabá** destaca-se por sua atuação política ativa e pela busca contínua por direitos e reconhecimento.

Em 29 de fevereiro de 2024, o Ministério Públíco de Minas Gerais, por meio do MP Itinerante, esteve presente na **Aldeia Brejo Mata Fome**, dentro do **Território Indígena Xakriabá**. Na ocasião, foram realizadas rodas de conversa e prestados diversos serviços com o objetivo de fortalecer os mecanismos de proteção e defesa dos direitos humanos.

O evento proporcionou um espaço valioso de diálogo direto, permitindo uma compreensão mais aprofundada das questões enfrentadas pela comunidade e reforçando o compromisso contínuo das instituições na defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.



PROCON MIRIM

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE NAS ESCOLAS

Dentro da programação do MP Itinerante, uma iniciativa inovadora despertou o interesse de professores e diretores escolares: a capacitação promovida pelo Promotor de Justiça Felipe Gustavo Gonçalves Caires, da Coordenadoria Regional de Defesa do Consumidor de Montes Claros. O encontro teve como foco a apresentação do **Procon Mirim**, um programa que, desde 2005, forma consumidores conscientes entre crianças de 7 a 12 anos, disseminando conhecimento sobre os direitos do consumidor de maneira acessível e lúdica.

Durante a capacitação, os educadores participaram do **Treinamento de Multiplicadores**, que oferece recursos pedagógicos para abordar o tema "Direitos do Consumidor" de forma didática tanto em sala de aula quanto na comunidade. A proposta é tornar o aprendizado dinâmico e aplicável ao cotidiano dos alunos, incentivando reflexões sobre consumo responsável, economia e sustentabilidade.



Um dos destaques do programa é a cartilha "Procon Mirim: Formando Consumidores Conscientes", distribuída aos participantes. Apresentada no formato de história em quadrinhos, a publicação traduz conceitos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) em situações reais vivenciadas pelas crianças. Com uma abordagem leve e interativa, o material facilita a compreensão dos pequenos e estimula discussões dentro das famílias sobre temas essenciais do consumo no dia a dia.

Mais do que uma capacitação, o Procon Mirim se revelou um convite à reflexão sobre o impacto do consumo consciente na sociedade. Com ferramentas simples e abordagens criativas, o programa plantou sementes que poderão germinar em cada escola, criando um ambiente onde crianças aprendem desde cedo a **consumir com responsabilidade, cuidado e propósito**.



FAZENDO ACONTECER

O MP Itinerante é mais do que um programa de atendimento; é um movimento de transformação social que só acontece graças ao apoio de diversas instituições. Cada parceiro — desde órgãos públicos até organizações do Terceiro Setor — contribui com conhecimento, estrutura e serviços essenciais, ampliando o alcance das ações e garantindo que mais pessoas tenham acesso a direitos fundamentais. Essa rede de colaboração fortalece comunidades, promove inclusão e leva Justiça a quem mais precisa. Conheça aqueles que ajudam a construir esse caminho de impacto e cidadania!



RECIVIL

Emissão de segunda via de certidões de nascimento, casamento e óbito, pequenas retificações, e registro em caso de reconhecimento de paternidade voluntário.



SEBRAE

Formalização de MEI, Baixa em Documentação, Alteração Cadastral, parcelamento de débito, emissão de boletos, declaração anual de Imposto de Renda.



INSS

Atendimento sobre casos individuais relacionados à Seguridade Social, previdência e aposentadoria do cidadão



COPASA

Atendimento ao público e cadastro de tarifa social



CEMIG

Atendimento ao público e cadastro de tarifa social e CEMIG nas escolas



EMATER

Apoio na mobilização dos grupos de lideranças rurais e atendimentos diversos nos eventos



SERVAS

Programa de apoio as entidades, distribuição de itens e donativos diversos.



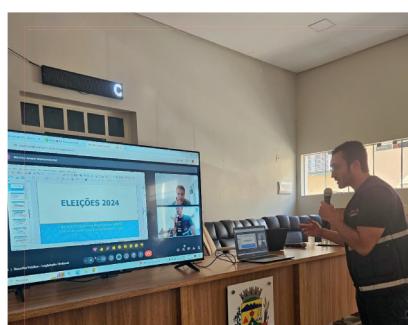
DEFENSORIA PÚBLICA

Assistência jurídica integral



CEJUSC | TJMG

Serviço de conciliação e mediação pré-processual as causas cíveis em geral.



TRE

Emissão e regularização de título de eleitor



POLÍCIA CIVIL

Agendamento, orientação e emissão de documento de identificação



SEDESE

Emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) ; Intermediação de mão de obra, habilitação para o seguro-desemprego e capacitação profissional (SINE)



INSTITUTO GALO

Ações de esporte e cidadania.



CORREIOS

Emissão e regularização de CPF



SENAF

Orientação sobre higiene bucal



REDE MINAS E RÁDIO INCONFIDÊNCIA

Comunicação e cobertura dos eventos



CES

Realização de reuniões sobre controle social na saúde



SAAE

Orientação sobre tarifa social



POLÍCIA MILITAR

Apoio e segurança dos eventos



PREFEITURAS MUNICIPAIS

Apoio na estrutura e divulgação dos eventos.

DE MÃOS DADAS, FAZEMOS O CAMINHO PARA MUDAR O MUNDO

O CeMAIS é uma organização da sociedade civil (OSC) com a missão de garantir direitos e enfrentar os desafios socioambientais, multiplicando a conexão entre pessoas e instituições, por meio de encontros e diálogos humanizados. Ao longo de 18 anos de atuação, desenvolvemos um jeito único e especial de conectar pessoas e transformar realidades, baseado em valores como transparência e ética, responsabilidade socioambiental, comprometimento, colaboração, cuidado e propósito.

Desde 2022, o CeMAIS é parceiro do CAO-CIMOS/MPMG para produção do projeto MP Itinerante. Nossa equipe é responsável por realizar os diálogos com parceiros e a mobilização das cidades, garantindo que cada edição do projeto seja efetiva e inesquecível.

Trabalhamos com afinco e comprometimento desde a pré até a pós-produção de cada evento realizado, construindo laços para a garantia de direitos e acesso à cidadania das populações mais

vulneráveis do nosso estado. Fazemos também todo o registro do projeto, o que inclui esta revista, que tem o objetivo de compartilhar com você mais sobre o MP Itinerante, seus resultados e importância social.

São projetos como o MP Itinerante que reforçam nossa convicção de que é por meio de alianças e redes que conseguimos transformar realidades e, mais ainda, nos mostra a importância de sermos o CeMAIS, uma organização que existe para criar elos e dar as mãos para quem anseia mudar o mundo!





Ministério Públ*ico* *itinerante*

PATROCÍNIO

CEMIG

**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

SICOOBJUS-MP

PARCERIA INSTITUCIONAL

 CENTRO JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

 **TJMG**
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

 **DPMG**
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

EMATER
Minas Gerais

PARCERIA
 **copasa**

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

 **INSS**

 **Correios**

 **RECIVIL**
SINDICATO DOS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL DE MINAS GERAIS

 **OAB**
MINAS GERAIS

 CONSELHO
ESTADUAL DE
SAÚDE
DE MINAS GERAIS

 servas
Serviço Social Autônomo

 **FAEMG
SENAF**

 **SINE**
Sistema Nacional de Emprego

REDE MINAS

 **RÁDIO
INCONFIDÊNCIA**

 **EBC**
EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

PRODUÇÃO

 **CeMAIS**

 **CAOMA**

 **cimos**
APOIO COMUNITÁRIO
INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Ouvintoria
ligue
127

 **MPMG**
Ministério Públ*ico*
do Estado de Minas Gerais

REALIZAÇÃO

 @cimosmpmg

 @mpmg.oficial

 /mpmg-oficial

 /cimosmpmg

 /mpmg.oficial

 www.mpmg.mp.br